

BRANQUITUDE E BRANQUIDADE NA ENFERMAGEM BRASILEIRA: RACISMO SISTÊMICO E PERVERSO A SERVIÇO DE PRIVILÉGIOS ÀS MULHERES BRANCAS

Valdeci Silva Mendes ¹
Candida Soares da Costa ²

RESUMO

Trata-se de uma discussão que se fundamenta e âncora em bases teóricas sobre recorte específico da história da enfermagem brasileira, a qual nos foi possível acesso e elaboração deste texto por meio de uma abordagem étnico racial minuciosamente realizada em dois momentos distintos de pesquisas: uma realizada no Mestrado em Educação concluído em 2015 e uma outra, a de Doutorado também em educação iniciada em 2017 e prevista à qualificação em final do ano de 2019. Por se tratar de resultados de discussões teóricas e também de elucidar resultados de estudos de campos destas duas pesquisas distintas, todavia, complementares, o texto corresponde nesse sentido as jurisdições éticas em pesquisa que as mesmas foram aprovadas. O desenvolvimento destes dois levantamentos teóricos que se complementam, mesmo que as pesquisas desenvolvidas não objetivavam discutir branquidade e branquitude, todavia por meio de seus aportes teóricos e resultados de campo, denunciam e explicitam nas entrelinhas, os privilégios de mulheres brancas da elite no acesso a formação profissional no Brasil e abertura oficial de mercado de trabalho a elas, orquestradamente na contramão, explicitam a exclusão de mulheres negras à formação profissional, mesmo elas estando em condições aptas em atendimento às exigências de acesso ao quadro de alunas nas primeiras escolas de enfermagem no Brasil, todavia nesse sentido, a exclusão à formação além de destituir as mulheres negras, se exclui também homens, principalmente negros e ambos são impedidos no ingresso ao mercado de trabalho formal em enfermagem em alinhamento do racismo estrutural e sistemático institucionalizado no país.

Palavras-chave: Racismo Institucional, Formação em Enfermagem, Branquitude e Branqueamento, Privilégios Branco.

INTRODUÇÃO

Inspirados em estudos e pesquisas que problematizam e explicitam os tipos de ações e os meios que deram as origens as bases estruturais e sistêmica do racismo no Brasil, interessados principalmente pelo recorte de análises críticas sobre as investidas do Estado ao branqueamento da população brasileira por vias institucionais de políticas públicas educacionais e seus desdobramentos práticos nas décadas finais do século XIX e as primeiras

¹ Enfemeiro, Mestre em Educação, Discente do Doutorado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, vinculado e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação – NEPRE. valdeciconexoes@gmail.com

² Doutora em Educação, coordenadora e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação - NEPRE e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - PPGE/UFMT. candidasoarescosta@gmail.com

décadas do século XX, entre alguns dos intelectuais que abordam o tema, Jerry Dávila (2006) em seu livro intitulado “*Diploma de Brancura, Política Social e Racial no Brasil, 1917 a 1945*” é um dos importantes intelectuais com referências de resultados de avaliação com críticas ao racismo no país, aliado a outros estudos de origem também de resultados de reflexões de pesquisas, como por exemplo, a obra organizada por Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento (2009) que abordam a *branquitude e branqueamento no Brasil* e coloca no centro do debate a *psicologia social do racismo*.

As análises destes intelectuais abordadas por essas perspectivas teóricas nos movimentaram a novas interpretações históricas de fatos do passado da enfermagem no Brasil, as quais foram historicamente forçadas ao esquecimento, cuja a razão deste fato não se dá ao acaso, ele é somente mais um dos tipos de racismo que estrutura a racionalidade interpretativas e serve aos interesses de prover e manter os privilégios brancos. Se por um lado, estes estudos nos são importantes para fundamentações e compreensões da realidade racial no país por meio desta perspectiva que se apresenta, ao muni-nos ainda e considerar principalmente as clássicas críticas-reflexivas, amplamente fundamentadas por Adias Nascimento (2016), no qual faz severas críticas ao branqueamento e o denúncia à tempos, cujo o título do seu livro escancara o objetivo do branqueamento “*o genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado*”, deparamo-nos com a leitura de seu livro com outros tipos de racismo sistêmico na sociedade brasileira que mata silenciosamente por várias vias, mas também além de provocar o genocídio, o racismo à brasileira gera um tipo de suicídio silencioso na descaracterização da população negra do que realmente ela é e pelas suas investidas diárias de diversas formas e meios em tentativas de inferioriza-la.

Na busca de compreensão e revelar como esses processos se alinham a valorização da branquitude e branquidade no país e tem implicado e influenciado diversos espaços da sociedade brasileira, a leitura atenta e minuciosa de fatos que pareciam isolados da história da enfermagem se evidenciaram de forma institucional e sistêmica. Práticas de racismo na enfermagem estão vinculadas a definição e origem do que vinha a ser a profissão no país, cujo o acesso a essas leituras se deram em dois momentos minuciosos e distintos, bem como também duradouros: por meio de aportes teóricos ao desenvolvimento e fundamentos da pesquisa do Mestrado em Educação concluída em 2015, disponível em formato de livro³ a qual a pesquisa

³ MENDES, Valdeci Silva. **Ensinar a cuidar em enfermagem: uma abordagem étnico-racial, histórica e contemporânea**. 1ª. edição. – Cuiabá: EdUFMT, 2019. 301p.

teve continuidade na pesquisa de Doutorado em Educação, iniciada em 2017 e que se encontra em andamento à qualificação no final do ano de 2019.

O desenvolvimento destes dois estudos se aliam as teses dos intelectuais citados acima e, mesmo que as pesquisas desenvolvidas não objetivavam discutir branquidade e branquitude e o branqueamento na enfermagem, todavia, por meio de seus aportes teóricos e resultados de campo, denunciam e explicitam nas entrelinhas, os privilégios de mulheres brancas da elite no acesso a formação profissional e abertura oficial de mercado de trabalho formal a elas, orquestradamente, todavia, na contramão, se excluía as mulheres negras à formação profissional, mesmo elas estando em condições aptas em atendimento às exigências de acesso ao quadro de alunas das primeiras escolas de enfermagem no Brasil entre o final do século XIX e inícios do século XX.

Suas exclusões à formação profissional em enfermagem se alinhavam ao interesses por motivações racistas em destituição das mulheres negras à continuidades de ocupação dos espaços de trabalho na enfermagem enquanto ocupação lhes atribuídas por saberes práticos, reorganizando-o na investidura pelo ascensão facilitada das que foram privilegiadas o acesso à formação profissional em enfermagem, as mulheres brancas. Politicamente e em uso da ciência, a partir daí, se dá a construção histórica de uma identidade profissional em enfermagem vinculado a imagem de mulheres brancas, reservando a elas privilégios tantos históricos e sociais, como acesso aos privilégios econômicos, além de valores simbólicos histórico e socialmente construídos reservados a elas, exclusivamente.

Nesses dois movimentos de estudos e pesquisas, no mestrado em Educação e no desenvolvimento do Doutorado em Educação, a somatória de acesso a esses aportes teóricos e os resultados de campos, organizados para esse artigo, tem como objetivo principal trazer uma discussão de fatos da história da enfermagem no Brasil, ausentes forçadamente de debates e reflexões e explicitar como o racismo se estruturou na enfermagem, mediado e influenciado pelo poder de Estado na investida do branqueamento na sociedade brasileira, que por meio da valorização da branquitude e branquidade, manifestadas na enfermagem em práticas em ceder privilégios à mulheres brancas, principalmente da elite da época no acesso a formação profissional e ao mercado de trabalho, diametralmente opostos e desfavoráveis sistematicamente, retalhando as condições de acesso às mulheres negras a formação e suas garantias de entrada no mercado de trabalho na enfermagem profissional. Contudo, salve exceção, as mulheres negras que à custa de muita resistência superaram os desafios lhe impostos, tiveram que conviver com o racismo estrutural nos espaços de formação e de trabalho

da enfermagem, situações essas que se mantêm na contemporaneidade com características típicas do racismo no tempo presente.

METODOLOGIA

Trata-se de uma discussão que se fundamenta e âncora em bases teóricas sobre recorte específico, forçadamente esquecido e ocultado de discussão na história da enfermagem brasileira, a qual nos foi possível acesso e elaboração deste texto por meio de uma abordagem étnico racial minuciosamente realizada em dois momentos distintos de pesquisas: uma realizada pela pesquisa de Mestrado em Educação concluída em 2015 e uma outra, a de Doutorado também em Educação em andamento, iniciada em 2017 e prevista à qualificação em final do ano de 2019. Estudos e pesquisas estes que de forma geral, têm evidenciado e colocado em reflexões ocorrências de racismo na enfermagem e as possibilidades de seus enfrentamentos no reconhecimento de suas implicações na origem da história e na elaboração da enfermagem profissional no Brasil, situando como ele se estrutura e mantêm-se operante nessa área de conhecimento.

Por se tratar de resultados de discussões teóricas e também de elucidar resultados de pesquisas de campos de dois estudos distintos, todavia, complementares, correspondem nesse sentido as jurisdições éticas em pesquisa que as mesmas foram aprovadas sobre os pareceres: um que trata-se da pesquisa de Mestrado em Educação concluída em 2015, autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Júlio Müller (HUIJM) da UFMT em março de 2014 sob número 555.550, e da outra, a pesquisa de Doutorado também na Educação, igualmente aprovada sob o Parecer: 2.697.537, na data de 07 de Junho do ano de 2018 pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humanidades (CEPH) da UFMT, sendo as duas, aprovações em atendimento às exigências e concordância com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e da Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, Resoluções essas do Conselho Nacional de Saúde, ambas previstas e que tratam das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo seres humanos.

Dado a abordagem conceitual em que branquitude e branquidade além do branqueamento estão sendo abarcados para a produção deste artigo, o estudo além de caráter histórico social, se enquadra nos tipos de pesquisas de recorte temporal pós- colonial e pós escravocrata no Brasil com deslocamento epistêmico em proximidade as versões dos tipos de estudos decolonialidade, colocando-se questionadores de análises que deram origem às histórias oficiais, nesse caso, questionadoras das análises históricas de uma parte da

historiografia oficial e tradicional da enfermagem brasileira que vincula sua história exclusivamente a imagens de mulheres brancas da elite.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acesso aos aportes teóricos de produções que retratam partes da história da enfermagem brasileira, ainda que necessitam de maiores aprofundamentos de análises a partir de uma abordagem étnico-racial e que tem afinidades e vinculam-se aos estudos de reflexões com críticas ao processo de branqueamento e aos fenômenos de branquitude e branquidade na sociedade brasileira, destas possíveis releituras que corroboram a interpretação de fatos do passado da enfermagem, destacam-se para este artigo dimensões com seus desdobramentos que caracteriza o racismo e suas influências em sentidos opostos: as que suprimiram negras e negros na enfermagem por meio da historiografia e profissionalização e as que retratam uma valorização histórica de mulheres brancas na enfermagem e os privilégios a elas cedidos no acesso a formação profissional e ao ingresso facilitado ao mercado de trabalho formal por meio de vantagens à qualificação profissional a elas unicamente dirigidas.

Observa-se na historiografia da enfermagem brasileira uma ocultação de fatos do passado que levou o silenciamento de histórias de negros e negras na Enfermagem. Há estudos históricos como de Pires (1983) e Germano (2011) que por exemplo, somente sinalizam que antes da profissionalização da enfermagem, as práticas de enfermagem no período colonial eram em sua maioria exercidas por homens e mulheres do grupo racial negro em condições de escravizados ou não, sem que haja estudos e pesquisas que o identifiquem e os caracterizam histórica e socialmente.

Todavia, atualmente, estudos como o de Campos (2015, p. 104) vem contrapondo essa realidade silenciada. O mesmo retratam que negros e negras são as raízes do cuidado no Brasil e evidenciam que “os usos da História pela Enfermagem invariavelmente desconsideram ações anteriores aos marcos simbólicos instituídos por uma escrita linear que impõe uma historicidade única, unilateral. Para esse autor ainda, “no caso específico, o surgimento de modelos profissionalizantes é considerado como marco para a historicidade, no caso brasileiro, construído no padrão dominante de ensino e formação profissional. Esse estudo de Campos (2015) se alinham ao de Barbosa et al (2018), pois ancoram em dados do passado que caracterizam que negros no período colonial dominavam saberes e práticas e os evidenciam e descrevem, definindo-os como um legado importante para a enfermagem brasileira.

Em se tratando da transposição do saber prático ao saber científico da enfermagem o estudo de Soares (2014, p. 53) tem importantes contribuições. O autor retrata que antes da

profissionalização a enfermagem era exercida por um saber de cuidado africano e que houve cooptação de saber e espaço de trabalho, retirando das mãos negras o cuidado por vias da formação profissional, direcionando-as, como bem define em suas palavras que, “assim começa uma segunda fase nesta instituição, seu papel agora seria formar imigrantes europeus para cuidar de enfermos. Se por um lado isso ocorria, conforme Soares (2014, p. 53) por outro, excluía os negros à formação profissional. Para o autor, “assim os negros que trabalhavam nos porões da instituição estavam impedidos de frequentarem a escola. E não é ao acesso que isso ocorre, pois a negação de negros e negras ao ingresso as escolas de formação profissional em enfermagem, os impediam de acesso ao mercado de trabalho nas atividades que já realizavam anteriormente como prática adquirida pela experiência cotidiana.

Autores como Campos, Oguisso e Freitas (2007) além de retratar a exclusão da mulher negra na origem da enfermagem profissional, situam ainda que, avessas a essa ocorrência, criou-se uma identidade profissional em enfermagem vinculada às imagens de mulheres brancas. Na contração desta identidade profissional forjada, no livro de Campos e Oguisso (2013) na busca de retratar as contribuições de mulheres negras a identidade da profissão, em sua obra intitulada “*a enfermagem no Brasil: formação e identidade profissional pós-1930*”, além dos autores demonstrarem episódios de racismo na origem profissional da enfermagem, evidenciam algumas mulheres negras que superaram o racismo impostos a elas à formação e concluíram seus estudos e destacam suas contribuições à construção da identidade profissional em enfermagem. E ainda que tardiamente se sabem a respeito destas mulheres, pioneiras negras na enfermagem profissional, as histórias delas são testemunhas do racismo estrutural histórico da enfermagem, tanto os tipos de racimos relacionada a sua historiografia quando as que foram providas no acesso a profissionalização.

Sobre a construção histórica da identidade profissional da enfermagem, que tem seu marco na definição da profissionalização da enfermagem no Brasil, importante destacar que foi iniciado pelas vias de mulheres brancas, as enfermeiras americanas que atuaram no país nos inícios do século XX sob controle de médicos no período dos ideários nacionalista e eugenistas (Moreira 1999). Foi um movimento também paralelo a orientação de padrão de ensino definido no modelo de ensino da enfermeira branca britânica, Florence Nightingale a qual prevaleceu na história da enfermagem mundial em preterimento de uma outra mulher negra, a enfermeira jamaicana de nome Mary Seacole que igualmente, porém desfalcada de recursos foi para Guerra da Crimeia para cuidar dos feridos, todavia esquecida histórica e socialmente (MELO E GOMES, 2011).

A imagem da enfermeira britânica Florence Nightingale, mulher branca da elite da Inglaterra foi veiculada a imagem da história da considerada primeira enfermeira brasileira, Anna Justina Ferreira Nery e em torno dela cria-se um patriotismo pela sua ida a Guerra do Paraguai, elevando-se

historicamente seu nome. Inclusive seu nome passa a ocupar o nome da considerada primeira Escola de Enfermagem no Brasil, e ao passo da Escola assumir o modelo de ensino de Florence Nightingale, torna-se o padrão de ensino adotado institucionalmente, elevando-se nacionalmente o padrão obrigatório a todas as demais Escolas de Enfermagem no país.

Como já evidenciado, não por caso, com o processo de profissionalização da enfermagem iniciado no fins do século XIX e acentuado em nível nacional de forma sistematizado nos inícios do século XX, por medidas extra institucional, já moldada no sistema de ensino de Florence Nightingale, ocorre na primeira Escola de Enfermagem Ana Nery, a exclusão de mulheres negras ao acesso à formação profissional. Processo esse evidenciado em estudos como de Moreira (1999) e Sena (1999). Estes dois estudos se somam ao estudo recente de Ferreira e Azevedo (2019, p. 248). Os autores ao concluíram parte de seus estudos e ao fazerem suas conclusões a partir de análises históricas de duas escolas de Enfermagem no Brasil, referem que:

O estudo realizado sobre as enfermeiras negras de duas escolas de enfermagem mostra como as desigualdades sociais e raciais são reproduzidas por políticas públicas. As mulheres negras constituíam, no período analisado, e ainda constituem, o grupo populacional mais atingido pela discriminação racial e pelas desigualdades sociais. Por outro lado, esse caso mostra também as estratégias e as vias por elas utilizadas – escolarização e profissionalização – para escapar às barreiras sociais que as situavam em posições sociais subordinadas.

É importante destacar que, a aquelas que conseguiam superar este obstáculo a formação profissional em enfermagem, foram subalternizadas e invisibilizadas nos espaços de trabalho da enfermagem como demonstra o trabalho de Silva (2002) e mais recente o de Bonini (2010). Nesse contexto histórico houve de forma marcante e sistêmica privilégios cedidos a mulheres brancas, principalmente da elite no acesso a formação, direcionando a construção de uma identidade profissional na enfermagem à imagem delas, as quais tiveram abertura privilegiada ao mercado de trabalho e usufruindo de melhores condições econômicas e sociais de sobrevivência, processo esse negado e dificultado às mulheres negras sistematicamente.

Talvez, o núcleo mentor das práticas racistas acentuadas na enfermagem brasileira em sua origem profissional, além do silenciamento da história de membros da população negra, antes da profissionalização, que a exercia enquanto prática, podem estar relacionada e associada ao fato da enfermagem ter assumido como mentora por meio dos discursos eugenistas, a base de referência a construção de seu objeto de trabalho, o cuidado humano, assumindo teses eugenistas da inferioridade do grupos raciais negros e a superioridade de grupos raciais brancos, direcionando a atenção à população negra e a mestiços no país à condições de ordem raciais biológicas desfavoráveis, formadas em opiniões de que esse grupo racial estariam comprometidos a certos tipos de doenças e degenerações.

Para Garcia (1993, p. 193), por exemplo, em uma interpretação histórica da enfermagem entre o período de 1932 a 1938 dos Anais da Enfermagem, sobre o discurso eugênico a autora defende que “assim sendo, as enfermeiras não somente incorporaram os ideais eugênicos prevalentes, como os reproduziam em seus discursos de cunho social [...]. Implicações essas que ainda se observam nas produções do conhecimento desta categoria profissional evidenciado por Mai (2000) em estudos bem recentes.

Esses processos de longa duração, do racismo sistêmico e estrutural na enfermagem tem sido estudado e fundamenta a necessidade de novas pesquisas, como as que vem sendo desenvolvida, a exemplo, a que concluímos no Mestrado em Educação, no questionamento de como o racismo ainda se manifesta nos currículos de formação em enfermagem e a do Doutorado também em Educação, na qual a pesquisa se desenvolve na localização e caracterização de um homem negro em Mato Grosso, no século XX, de nome Antonio Amaro Ferreira, de domínio de saberes e práticas no exercício da enfermagem na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, na qual permaneceu desde 1918 por mais de meio século, inicialmente na condição de enfermeiro, por meios das práticas que lhe garantia espaço de ocupação, porém quanto do processo iniciais de profissionalização a nível nacional, direcionada às mulheres brancas, o mesmo transitou de enfermeiro prático a maqueiro nesta instituição de saúde, sem a ele ter oportunizado à formação profissional: primeiro porque a enfermagem direcionavam o ingresso a formação ao grupo racial branco e os homens de qualquer raça/etnia eram forçadamente desencorajados a formação nessa área, como se fosse típico as funções da enfermagem profissional serem atributos de mulheres, nesse caso mulheres brancas.

A história do Negro, Enfermeiro Prático, Antonio Amaro Ferreira, de dedicação às práticas de enfermagem em assistência de saúde, que foram também realizadas para além desta instituição de saúde nas décadas iniciais do século XX, está sendo narrada a partir de suas ações a frente da enfermagem deste período em Mato Grosso e que foi forçadamente colocada ao esquecimento. A partir de sua história levanta-se diversos questionamentos buscando explicitar o racismo estrutural e sistêmico na sociedade brasileira na qual a enfermagem por diversos meios e forma correspondeu na prática com responsabilidades que ainda carecem se serem questionadas e evidenciadas por outros estudos e pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvida ao se fazer uma releitura de fatos do passado da enfermagem brasileira e reinterpreta-la a abordagem de estudos como este que se posiciona, questionar uma dívida

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

histórica da enfermagem em relação aos negros e negras e seus descendentes que a exercia na prática antes da profissionalização e com o processo de formação, foram excluídas a formação profissional, em condições opostas, diametralmente cediam privilégios de acesso a formação profissional a mulheres brancas seguido de ingresso facilitado ao mercado de trabalho profissional na enfermagem. O racismo estrutural e sistêmico na historiografia da enfermagem e na criação da profissionalização desta área de conhecimento se posicionou em dois movimentos avessos, praticadas por diversos meios e formas, construindo um imaginário social da enfermagem não correspondente a sua realidade do passado.

Os tipos de racismos evidenciados na enfermagem são os mesmos que vinculam-se ao processo silencioso de genocídio da população negra no Brasil, os quais foram evidenciados nos estudos realizados por Abdias Nascimento (2016) uma vez que a negação ao acesso a formação a enfermagem e ao mercado de trabalho de negros e negras a esse espaço de ocupação, os condicionaram a condições menos favorecida econômica e socialmente na sociedade brasileira, destinando-os a eles obstáculos a suas condições de sobrevivências.

Ainda que a Políticas de Cotas Raciais na Universidade de acesso e permanência a negros e negras sejam somente um recorte mínimo, diante do cenário histórico amplamente estruturado a sua exclusão, é preciso rever essas novas reflexões a partir da história não somente da enfermagem, mas de outras áreas de conhecimento no sentido de ancorar e fundamentar a necessidade de implementação e ampliações de outras medidas legais e sociais para minimamente responder as desigualdades raciais históricas construídas no acesso de negros e negras a formação profissional e o ingresso ao mercado de trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lana Rodrigues. AGUIRAR, Simone NASSAR, Pedro. SANT'ANNA, Andreia Neves. PORTO, Fernando. **Cultura dos cuidados afro-brasileiros: Barbeiro-sangrador do Brasil Imperial e legado para enfermagem**. 2018 jul./set.; 10(3):632-639. DOI: Disponível em <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i3.632-639>. Acesso em 28 de Jun. 2019.

BONINI, Bárbara Borriónuevo. **Ser enfermeiro negro na perspectiva da transculturalidade do cuidado**. 2010. 184 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAMPO, Paulo Fernando de Souza; OGUISSO, Taka; FREITAS, Genival Fernandes de. **“Cultura dos cuidados: mulheres negras e formação da enfermagem profissional brasileira”**. *Cultura de los cuidados*, Año XI, n. 22, p. 33-39, semestre 2007. Disponível em: http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6630/1/CC_22_05.pdf. Acesso em: 24 ago. 2014.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. **Cultura dos cuidados: o debate entre história e enfermagem pré-profissional nas aquarelas de Jean-Baptiste Debret (1816-1831)**.3er

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Cuatrimestre 2015•Año XIX - N.º 43. Disponível em <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/52596/1/Cult_Cuid_43_10.pdf>. Acesso em 25 de Jun. de 2019.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. **História social da enfermagem brasileira: afrodescendentes e formação profissional pós-1930.** Rev. Enf. Ref. vol.serIII no.6 Coimbra mar. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ref/vserIIIIn6/serIIIIn6a16.pdf>>. Acesso em 25 de Jun. de 2019.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; OGUISSO, Taka. **A enfermagem no Brasil: formação e identidade profissional pós-1930.** São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2013

CANONE, Iray. BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branquidade no Brasil.** Org. CANONE, Iray. BENTO, Maria Aparecida Silva. 4ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945).** Tradução de Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FERREIRA, Luiz Otávio; AZEVEDO, Nara. ORIGEM SOCIAL E RACIAL E A FORMAÇÃO DE ENFERMEIRAS PROFISSIONAIS NO BRASIL (1930-1960). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 231-251, maio 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/691>>. Acesso em: 19 set. 2019.

GARCIA, Telma Ribeiro. **Eugenia!: in hoc signo vinces** - um aspecto do discurso sanitário da enfermagem, 1932 a 1938. *Rev. bras. enferm.* [online]. 1993, vol.46, n.3-4, pp.189-198. Disponível em <ISSN 0034-7167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71671993000300002>>. Acessado em 28 de Jun, de 2019.

GERMANO, Raimunda Medeiros. **Educação e ideologia da enfermagem no Brasil - 1955/1980.** 5. ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2011.

MAI, Lilian Denise. **Análise de produção de conhecimento em Eugenia na Revista Brasileira de Enfermagem - REBEn, 1932 a 2002.** 2004. 194 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2004.

MELO, Ester Marcelle Ferreira de; GOMES, Jomara Brandini (Re) descobrindo Mary Seacole. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ENFERMAGEM, 16., 2011, Campo Grande, MS. **Anais...** Campo Grande, MS: Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Mato Grosso, 2011. p. 19-22.

MENDES, Valdeci Silva. **Ensinar a cuidar em enfermagem: uma abordagem étnico-racial, histórica e contemporânea.** 1. edição. – Cuiabá: EdUFMT, 2019. 301p.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes. **A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 621-645, nov. 1998 - fev. 1999.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 1ª edição. Editora Perspectiva. São Paulo, 2016.

PIRES, Denise. **Hegemonia médica na saúde e a enfermagem: Brasil 1500 a 1930.** São Paulo: Cortez, 1989.

SENA, Antonia Regina Messias Fernandes. **Aspectos étnicos na configuração da enfermagem moderna no Rio de Janeiro nos anos 20 e 30.** Rio de Janeiro, 1999. 119 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOARES, Julio Cesar Condaque. **História da formação da arte da saber cuidar Africano no Rio de Janeiro (1870 -1920):** a origem dos primeiros trabalhadores da Educação Profissional e da Saúde Pública no Brasil. Editora Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 2014.